

ANÁLISE EVOLUTIVA DA OCUPAÇÃO DOS MORROS DA CIDADE DO RECIFE

John Kennedy Ribeiro de Santana
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPE)
santanajohn87@gmail.com

RESUMO:

O espaço urbano da cidade do Recife tem como uma de suas principais características a ocupação popular sobre morros, onde as habitações em áreas de encostas, vulneráveis a escorregamentos, são uns dos desafios encontrados no município. A partir disso, o objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu a evolução da ocupação das áreas de morros na cidade do Recife, buscando também evidências atuais desse processo. Foram usadas imagens aéreas de várias décadas e levantamentos bibliográficos para se alcançar o objetivo. O espaço urbano da cidade evoluiu a partir da apropriação dos melhores locais para a construção de moradias pelas classes de maior poder econômico, esse processo de negação do espaço impulsionou a ocupação dos morros da cidade, que atualmente ainda está ocorrendo.

Palavras-chave: Espaço urbano do Recife; Morros; Ocupação.

GT –14: Geotecnologias e Análise Espacial no espaço urbano

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas enfrentados nas cidades brasileiras se diz a respeito à instalação de moradias em locais de risco a escorregamentos e inundações, construídas, predominantemente, por populações de baixa renda. A necessidade de buscar uma residência acarreta, em diversos momentos, a instalação e construção de moradias em áreas de risco aos fenômenos mencionados, isso ocorre pela negação as comunidades pobres dos espaços mais favoráveis para a ocupação, não expostos aos eventos, que são ocupadas, na maioria das vezes, pelas classes de poder econômico elevado. Essa situação tornam as cidades brasileiras extremamente vulneráveis a desastres.

A **vulnerabilidade** corresponde a um conjunto de condições sociais que deixam as pessoas mais expostas a um determinado fenômeno (VEYRET, 2003; UN-ISDR, 2004). Segundo Ayala (2002), vulnerabilidade representa os graus de perda ou quantidade de danos sofridos por uma comunidade em frente a um desastre, essa perda varia de acordo com particularidades sociais, fragilidades econômicas, políticas entre outras. A vulnerabilidade quando somada ao **perigo**, probabilidade de um fenômeno acontecer, indica o **risco**.

As cidades brasileiras apresentam um elevado risco de escorregamentos e inundações porque além de apresentarem locais propensos a tais eventos, essas áreas são majoritariamente ocupadas por populações pobres que são mais vulneráveis. O entendimento da vulnerabilidade parte também de uma análise histórica, já que as populações pobres se colocam, ou são colocados, em locais de risco por um processo histórico de exclusão social e negação do espaço (AYALA, 2002).

O município do Recife não foge desse contexto nacional, pois, um terço da cidade se localiza em áreas de topografia mais elevada e essas localidades são ocupadas predominantemente por pessoas de baixa renda, que não possuem condições adequadas para a construção de moradias nessa tipologia de terreno. Assim, o problema das habitações em áreas de encostas é um dos principais desafios encontrados no município.

O espaço urbano da cidade vem evoluindo a partir da apropriação do mercado imobiliário das áreas mais favoráveis à construção de moradias, caracterizando um cenário de exclusão social-espacial. Assim, as áreas que exigiam maior conhecimento técnico (como encostas de

morros) e conseqüentemente maiores investimentos para que oferecessem condições de ocupação adequada, foram deixadas para as camadas mais pobres, que sofrem anualmente com a ocorrência de processos de escorregamentos (PFALTZGRAFF, 2007; SANTOS e GOMES, 2016).

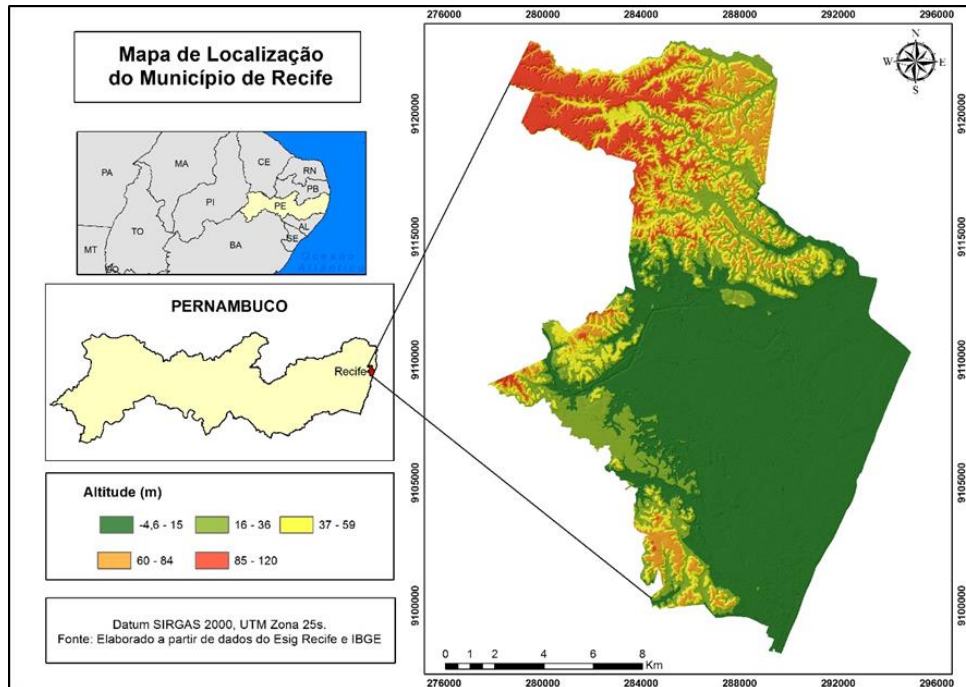
A partir disso, o objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu a evolução da ocupação das áreas de morros na cidade do Recife, buscando também evidências atuais desse processo.

2. ÁREA DE ESTUDO

O município do Recife, (figura 1) capital do estado de Pernambuco, apresenta população estimada de 1 milhão e 600 mil habitantes com área de 218km², apresentando uma grande densidade populacional, de aproximadamente 7 mil habitantes por km² (IBGE, 2010). Embora ainda existam locais não ocupados, a cidade apresenta um grande inchaço urbano, com moradias em áreas sujeitas tanto as inundações e alagamentos nas áreas de planície, como também, a escorregamentos nos locais de tabuleiros costeiro e colinas.

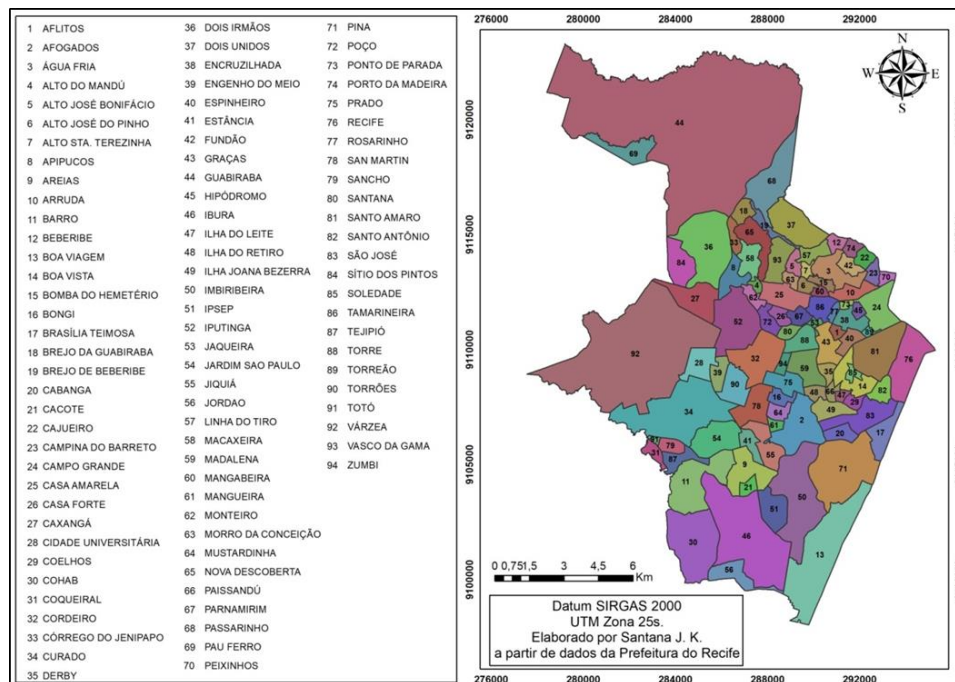
Em relação às últimas áreas citadas, a maior parte delas são ocupadas por populações de baixa renda, sendo classificadas, pelo zoneamento urbanístico municipal, como áreas de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que correspondem a “áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária” (LEI Nº 16.176/96). Na figura 1 também se observa a topografia do município, com altitudes de 0 a 120m, onde as áreas mais elevadas estão concentradas na parte norte. A cidade é composta por 94 bairros (Quadro 1), alguns deles inseridos nos locais de geomorfologia mais sinuosa.

Figura 1: Mapa de Localização da Cidade do Recife e de seus bairros.



Fonte: Autores.

Figura 2: Numeração e lista dos bairros do Recife



Fonte: Autores.

As áreas mais sinuosas do município são popularmente chamadas de morros, do ponto de vista geomorfológico são denominadas de Tabuleiros Costeiros pertencentes ao domínio morfoestrutural do Planalto Sedimentar Litorâneo, essa unidade sofreu processos de rebaixamento em direção à costa permitindo assim a formação de feições sinuosas e topos arredondados, com altitudes que variam de 40m a 80m e encostas com declividade elevada (ALHEIROS, 1998; FONSÊCA, 2016).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise evolutiva da ocupação dos morros do Recife foi realizada por uma construção bibliográfica sobre a história do município e exame de fotos aéreas e imagens de satélites. A utilização das imagens aéreas possibilitou a visualização do espaço nos anos de 1966, 1980, 2010 e 2018 permitindo a identificação de locais de morro que já apresentavam ocupação.

As imagens de 1966, em escalas de 1:2000 e 1:1000, foram adquiridas na Prefeitura do Recife. Já as imagens da década 80 foram obtidas na Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (FIDEM), em escala de 1:10.000, folhas 79,80 e 81. Essas imagens foram georreferenciadas na base cartográfica do município, Datum SIRGAS 2000 e coordenadas UTM (Zona 25s), usando o software ArcGIS 10.5 (Versão estudantil). As imagens mais atuais, 2010 e 2018, foram adquiridas, respectivamente, na CPRM e pelo Google Earth Pro.

4. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SOBRE OS MORROS DO RECIFE

A ocupação dos morros da Região Metropolitana do Recife (RMR) remete desde o período colonial com a ocupação e formação da cidade de Olinda, que foi fixada em uma área de topografia elevada por ser uma posição geográfica privilegiada, que permitiria aos colonizadores vigiar toda a região de estuários dos rios Capibaribe e Beberibe (LIMA, 2002; VASCONSELOS e SÁ, 2011).

Já a formação do Recife aconteceu sobre a planície costeira. No final do século XVI a cidade era apenas um lugarejo, onde existia um pequeno porto projetado sobre um cordão litorâneo, com início em Olinda, que hoje representa a ilha do bairro do Recife. Com a invasão Holandesa em Pernambuco, em 1630, começou-se a construção do bairro portuário do Recife que futuramente se expandiria, originando o município (MELO, 1978).

A expansão urbana da cidade até o século 20 ocorreu-se sobre as áreas mais planas (planície costeira), as camadas mais pobres habitavam locais denominados de Mocambos. A partir do século XIX que este tipo de habitação se espalha por zonas menos propícias para a ocupação. Como nessa época o sítio urbano da cidade se concentrava próximos aos rios, as áreas de “terra firme”, que não sofriam, frequentemente, com processos de inundações, representavam locais de elevado custo, onde moravam as classes mais ricas da cidade. Não muito longe desses locais, existiam as áreas de manguezais, que além de abundantes, eram espaços sem preço, sem dono, impróprios para a construção de moradias e que apresentavam um elevado potencial a inundações, nessas áreas que se concentravam os mocambos e as palafitas (MELO, 1978; PINHEIRO, 2010; SANTOS e GOMES, 2016).

A formação dos mocambos na cidade ocorre desde a abolição da escravatura, onde a migração do interior para o Recife intensificou-se, gerando o aumento dos mocambos e a instalação de palafitas nos manguezais. As populações desses locais tiravam sua renda familiar do próprio manguezal. Em 1940, 30% da população recifense viviam dos mangues (JUCÁ, 2004).

Melo (1958) afirma que este contraste dos mocambos, habitações pobres nos manguezais e alagadiços, com os sobrados, em áreas de “terra firme”, representa o que ele chama de “função água do Recife” que indica a marca de áreas onde se localiza uma categoria econômico-social da população. Assim, pode-se observar uma influência do fator físico, nesse caso fluvial (água), na distribuição do espaço urbano do Recife nas primeiras décadas do século 20. E esse fator físico marca uma divisão social entre os locais que sofrem constantemente eventos de inundações e que convivem diretamente com a água, que se tornaram habitáveis para as populações mais pobres, e as áreas que sofrem muito pouco com tais fenômenos, ocupadas pelas classes de maior poder econômico.

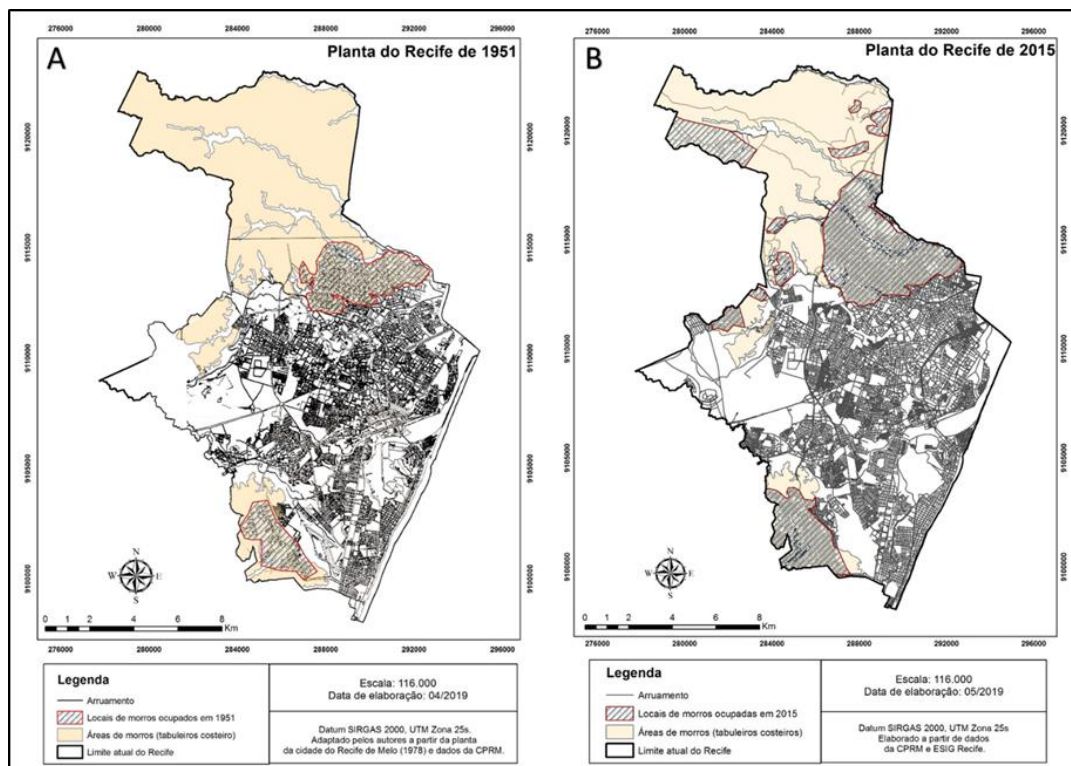
Existia uma grande pressão das autoridades para o fim dos mocambos, com afirmações pró “desenvolvimento” e de “limpeza estética” na área central. Com isso, a existência dos mocambos vivia sendo constantemente ameaçada.

Em 1919 foi proibida a construção de mocambos na região central. Com a ocorrência das grandes enchentes, que afetaram fortemente as planícies estuarinas, a Liga Social Contra os Mocambos determinou a erradicação parcial dos mocambos nas áreas centrais, deixando um déficit de quase cinco mil habitações. Iniciou-se então, na década de 40, a transferência não planejada, em alguns momentos planejada, dos moradores expropriados dessas habitações, para os morros de Casa Amarela (futuramente dividida em vários bairros), Beberibe e Água Fria, impulsionando a ocupação sistemática dos morros da zona norte do Recife. (ALHEIROS *et al.*, 2007; PINHEIRO, 2010; GALDINO, 2010).

Nas décadas de 40 e 50, além das enchentes, a expansão acelerada da cidade fez com que as áreas de manguezais se retraíssem. Os sucessivos aterros nas margens dos rios e a supressão do manguezal também implicam na expulsão dos mocambos, que cedem lugar às boas moradias da classe média/alta. Em consequência, as habitações pobres prosseguem seu nomadismo à procura por terrenos menos valorizados e caminham para os morros ou para a periferia da planície (MELO, 1958).

Uma planta de 1951 (Figura 2 A) mostra que a área ocupada da cidade já englobava alguns bairros situados sobre tabuleiros costeiros (morros) na zona norte, como: Morro da Conceição, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, Bomba do Hemetério, Vasco da Gama, Água Fria, Alto José Bonifácio, Alto Santa Teresinha, algumas encostas no bairro de Casa Amarela e uma pequena parte ao sul do bairro de Nova Descoberta. Na zona sul, locais de morros nos bairros de Jordão e Ibura também já estavam ocupadas. Inicialmente, a população ocupou os córregos, formados pelos processos de dissecação do relevo, que são terrenos mais planos, com o aumento populacional, as áreas de encostas também foram ocupadas. A figura 2 (B) representa a área ocupada do município em 2015, onde se observa uma maior expansão das áreas urbanas sobre os morros. Na figura 3 se pode observar um grande adensamento populacional em 1951 nos morros dos bairros de Morro da Conceição, Vasco da Gama e Alto José Bonifácio.

Figura 2: A) Planta de 1951 da cidade do Recife. B) Planta de 2015 da cidade do Recife.



Fonte: A) Adaptado de Melo (1978). B) Elaborado a partir de dados do ESIG Recife e da CPRM.

Figura 3: Fotografia aérea dos bairros do Morro da Conceição, Alto José Bonifácio, Vasco da Gama e Casa Amarela no ano de 1951.



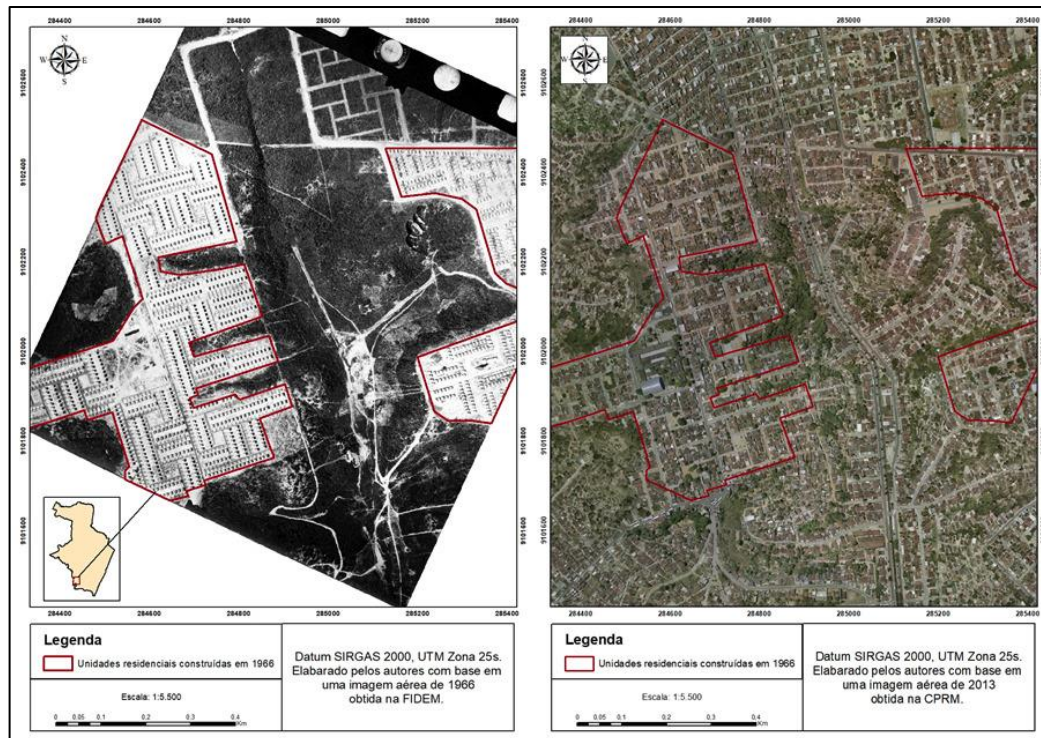
Fonte: Prefeitura do Recife.

Quase toda a área de planície já se encontrava ocupada em 1951, mesmo assim, a população apresentava um crescimento acelerado. De 1950 para 1960, ocorreu um crescimento de 272,5mil habitantes, chegando a um total de 797,2mil habitantes. De 1960 para 1970 houve um incremento de 263,5mil, fazendo com que a população da cidade ultrapassasse a casa de um milhão de habitantes (MELO, 1978). Com esse aumento populacional, gerou-se um aumento da ocupação antrópica sobre encostas da região.

As cheias ocorridas na cidade no ano de 1966 deixaram uma significativa quantidade de desabrigados, devido a isso foram criadas as Unidades Residenciais (URs), comunidades construídas por programas governamentais de habitação, que formaram o bairro da Cohab (Zona sul), também conhecido como “Ibura de cima”, e que de certa maneira impulsionaram a ocupação dos morros na zona sul (SCOTT e QUADROS, 2002; FUNDAJ, 2017).

Essas unidades residenciais eram destinadas a populações de baixa renda, na maioria dos casos, vítimas das enchentes nas áreas da planície, sendo construídas nos topos de morros, que eram locais mais planos. Posteriormente, as áreas em volta dessas unidades foram sistematicamente ocupadas pela população, sobretudo os locais de encostas. A figura 4 (A) mostra uma imagem do ano de 1966 onde se pode observar a construção de algumas dessas unidades residenciais. A figura 4 (B) mostra a mesma área no ano de 2013, ficando evidente a grande expansão ocorrida ao redor das URs, muitas dessas ocupações, observadas em 2010, estão sobre encostas, o que caracteriza locais de risco a escorregamentos.

Figura 4: A) Imagem do ano de 1966 que mostra a construção de URs no bairro da Cohab. B) A mesma área em uma imagem de 2010.



Fonte: Autores.

A ocupação dos morros da zona sul foi de certa maneira impulsionada pelos projetos habitacionais das URs. Como exposto anteriormente, a população entre 1950 a 1970 teve um aumento de mais 400 mil habitantes e a planície já se apresentava bastante ocupada, como vimos também, alguns morros da zona norte mais próximos ao centro também se encontravam na mesma situação. Desta forma, o projeto das URs foi uma forma de direcionar as populações mais pobres para os morros da zona sul, mesmo sabendo que apenas as unidades residenciais não conseguiriam suprir completamente a demanda por moradias, dito isso, pode-se afirmar que as “invasões” nos locais em volta dessas unidades já eram previstas e, de certa forma, projetadas como solução habitacional.

As imagens da década de 80 mostram que locais de morros, em bairros mais afastados do centro, já apresentavam ocupações, são os casos dos bairros de Dois Unidos, Córrego do Jenipapo, Brejo da Guabiraba, Guabiraba, o norte do bairro de Nova Descoberta, e Macaxeira.

O bairro da Macaxeira apresenta uma peculiaridade, entre 1930 e 1940 foram construídas duas vilas operárias; a Vila Maria Amália e Vila Buriti, sendo o primeiro evento de urbanização do bairro, instaladas na parte baixa (plana), os locais de morros do bairro só começaram a ser ocupados no fim da década de 80, como mostra o trabalho de Santana *et al.* (2018).

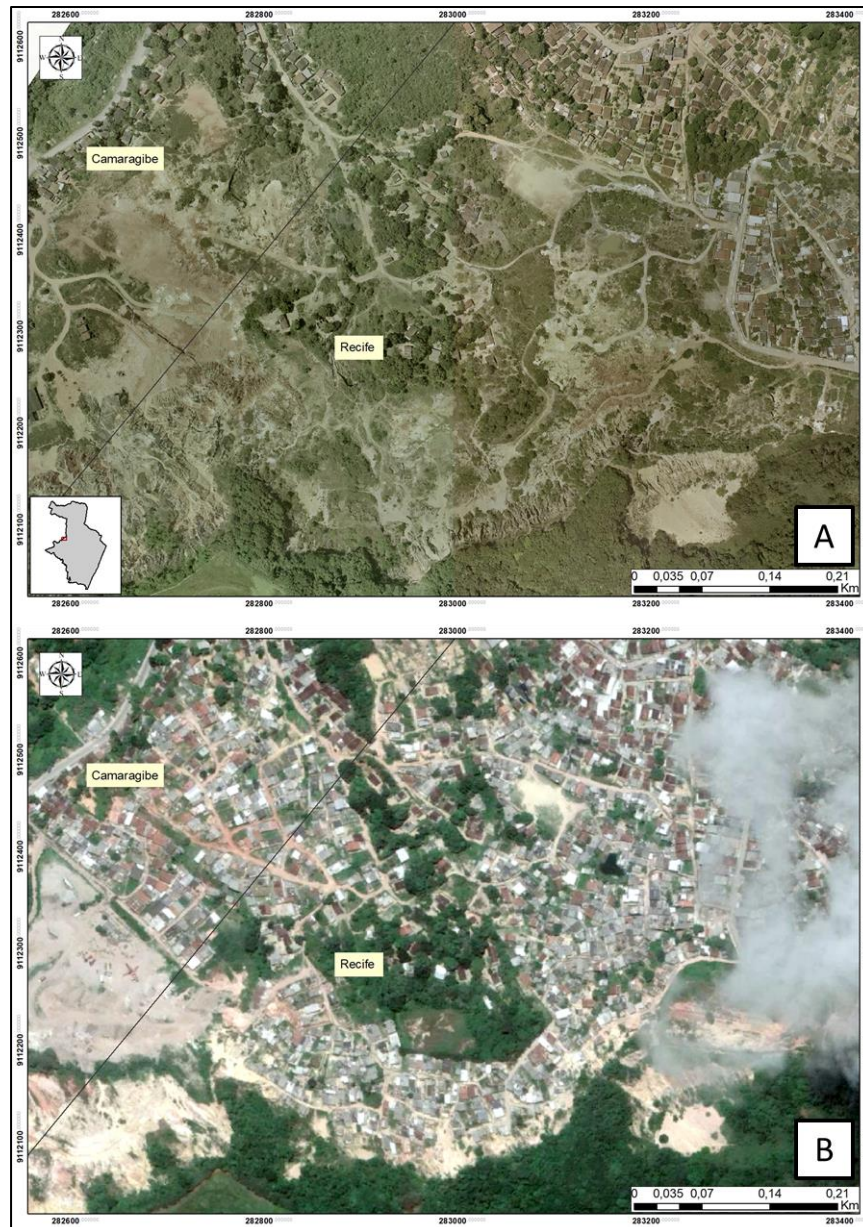
Em 2000, cerca 33% da população da cidade vivia nos morros (ALHEIRO *et al.*, 2007). De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano da Cidade do Recife (2005), o anel periférico do município, que compreende a maior parte dos locais de morros, em 2000, era onde se concentravam as áreas com menor nível de renda per capita, onde o maior valor era do bairro do IBURA com R\$ 215,20. Portanto, todas as áreas desse Anel tinham um nível médio de renda inferior ao do Recife (392,5 R\$) (BITOUN, 2005).

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR, 2006), existem cerca de 470.000 habitantes em áreas de morros, sendo que deste total, 10.374 vivem em locais de risco alto ou muito alto, com 140 áreas de risco a escorregamentos distribuídas pelo município (PMRR, 2006). Percebe-se atualmente uma nova característica física marcando uma divisão social na cidade, que é o relevo. Embora ainda existam comunidades pobres vivendo na planície costeira do Recife, as áreas de morros se tornaram locais praticamente exclusivos para essas populações, já que todos os bairros inseridos nessa unidade geomorfológica são de classe médio-baixa.

Embora exista, atualmente, um grande número de pessoas vivendo em locais de morros, vários desses terrenos ainda não foram ocupados e apresentam, na maior parte, vegetação natural (Mata Atlântica) ainda preservada. Por possuir vários locais não ocupados, os morros da cidade ainda vêm sofrendo processos de expansão urbana, principalmente na parte norte da cidade, surgindo assim novas comunidades. Enquanto na planície existe um processo de verticalização já consolidado, mas que continua a se expandir pelos bairros de ocupação já consolidada na zona Oeste, nas áreas de morros ocorre expansão de comunidades pobres sobre locais sem ocupação (sem moradias).

Na figura 5 é possível comparar duas imagens, uma de 2010 (A) e outra de 2018 (B), em uma área de Tabuleiro no bairro da Várzea (Zona oeste do Recife), na fronteira com o município de Camaragibe, podemos observar uma grande expansão de moradias no local, várias delas próximas ou sobre encostas.

Figura 5: Imagem de 2010 de uma área de Tabuleiro Costeiro no norte do Bairro da Várzea. B) Essa mesma área em 2018.



Fonte: Autores.

Percebe-se a partir da comparação entre as imagens expostas que em menos de oito anos ocorreu um acelerado processo de ocupação em uma área de encostas no bairro da Várzea. Mesmo sendo recente, observam-se características da mesma expansão do século passado, há

exemplo de residências mais vulneráveis, sobre áreas de difícil ocupação e propensas a eventos de escorregamentos.

Notou-se que as áreas de ocupação mais recentes se apresentam mais vulneráveis do que ocupações antigas, como a ocupação no Morro da Conceição que estava consolidada em 1951, como já exposto. Isso ocorre, por conta de serem habitações recentes, ainda não apresentam pavimentação das vias, sistemas de drenagem, obras estruturais e prevenção de desastres com a presença ativa dos Órgãos Municipais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente que a ocupação dos morros na cidade tem ligação direta com exclusão social, partindo da negação do espaço urbano as comunidades mais vulneráveis que ao longo da evolução urbana da cidade vêm ocupando áreas de risco a eventos perigosos, como os escorregamentos.

Observou-se uma transferência planejada, em partes não planejada, de populações mais pobres das áreas de planície para os morros da cidade. Desta forma, os locais de morros são atualmente ocupados, predominantemente, por pessoas de baixa renda. Embora, como já mencionado, existam várias comunidade pobres na planície da cidade, muitas em áreas de risco a inundações, essas comunidade vêm se tornando exceções na planície, principalmente na sua área central, que é ocupada majoritariamente pelas classes médias e altas. Essa expansão da classe média/alta ainda continua sobre a planície do Recife, basta observar o aumento do processo de verticalização ao oeste dessa unidade geomorfológica.

Seguindo paralelamente ao processo de expansão da verticalização citada no parágrafo anterior, vem ocorrendo, ainda com bastante intensidade, a expansão urbana sobre as áreas de morros, principalmente sobre os morros ao noroeste do município, e esse processo é realizado por populações de baixa renda. Isso mostra que a transferência das populações pobres da planície costeira para as áreas de morro pode ainda está acontecendo com certa intensidade, seja ela orientada pelos agentes públicos ou instituições privadas.

6. REFERÊNCIAS

ALHEIROS, M. M.; SOUZA, M. Â. A.; BITOUN, J; MEDEIROS, S. M. G. M.; JÚNIOR, W. M. A. Manual de Ocupação dos Morros da Região Metropolitana do Recife. Fundação de Desenvolvimento Municipal FIDEM; coord. Margareth Mascarenhas Alheiros... (et al.). - Recife: Ensol, 2004.

ALHEIROS, M.M. Risco de escorregamentos na Região Metropolitana do Recife. Tese(Doutorado) – Geologia Sedimentar, UFBA, Salvador – BA, p. 129, 1998.

AYALA, I. A. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. **Geomorphology**, v. 47, p. 107-124, 2002.

BITOUN, J. O que revelam os índices de desenvolvimento humano. **Atlas de Desenvolvimento Humano da Cidade do Recife**, 2005.

FONSÊCA, D. N.; CORRÊIA, A. C.; SILVA, A. C. Compartimentação Geomorfológica da Região Metropolitana do Recife (RMR) a Partir da Análise Morfoestrutural. *Revista GEO UFRJ*, p. 201-219, 2016.

FUNDAJ (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO). **Mapa de Exclusão/Inclusão Socioambiental do Recife**. FUNDAJ: Recife, 2007.

GALDINO, D. **Nova Descoberta: Recortes dos Territórios e Territorialidades em um Bairro da Cidade do Recife**. Web Artigos, 2010.

JUCÁ, G. N. M. O processo de urbanização e crescimento urbano do Recife. **Revista do Instituto do Ceará**, p. 126-152, 2004.

MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Companhia Editora de Pernambuco-Cepe, Recife, 1958.

MELO, M. L. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Universidade Federal de Pernambuco /Dep. de Ciências Geográficas, Recife, 1978.

PFALTZGRAFF, A. S. **Mapa de Suscetibilidade A Deslizamentos Na Região Metropolitana Do Recife**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Em Geologia, UFPE, 2007.

PREFEITURA DO RECIFE. **Serviços Para o Cidadão**. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servicos/cidadao>. Acesso em 11/04/19, 2016.



RECIFE. lei de uso e ocupação do solo na cidade do Recife. Lei Nº16.176/96, Art, 13, 2008.

SANTOS, O.; GOMES, E. T. A. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE – o caso do “projeto novo Recife”. **Bol. Goia. Geogr.** (Online). Goiânia, v. 36, n. 2, p. 379-398, maio/ago. 2016.

SCOTT, P.; QUADROS, M. T. **A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife.** Editora Universitária UFPE, Recife, 2008.

VASCONCELOS, T. L.; SÁ, L. A. C. **A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife.** I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, p.1-20, 2011.

YVERTTE V. **Os riscos: O homem como agressor e vítima do meio ambiente.** Editora contexto, 2003.